




Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

SUBEMENDA Nº 1, EMENDA Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 185 DE 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCATEL
Recebido em: 02/02/26

Subemenda modificativa


Protocolo

Modifica a redação do parágrafo único, do art. 2º, constante na Emenda nº 01, ao Projeto de Lei nº 185, de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

Parágrafo único. Os cães de serviço, cães-guia, cães terapeutas, cães ouvintes, assistência a pessoas com transtorno do espectro autista, cães de assistência de mobilidade, cães de alerta médico e demais animais de assistência, poderão ter acesso ao transporte público acompanhados de seu tutor, independentemente dos requisitos indicados nesta Lei.

Palácio José Neves Formighieri, 74º aniversário de Cascavel.
Cascavel, 2 de fevereiro de 2026.

CRYSTHOFOU
R PEREIRA DE
ALMEIDA:0828
4426900
Assinado de forma digital
por CRYSTHOFOUR
PEREIRA DE
ALMEIDA:08284426900
Dados: 2026.02.02
16:43:06 -03'00'

Fão do Bolsonaro
Vereador/PL


Cidão da Telepar
Vereador/PODE

TIAGO
RODRIGUES DE
ALMEIDA:0789
1769982
Assinado de forma
digital por TIAGO
RODRIGUES DE
ALMEIDA:07891769982
Dados: 2026.02.02
16:39:14 -03'00'

Tiago Almeida
Vereador/Republicanos

gov.br

Documento assinado digitalmente
JOAO DIEGO MACHADO
Data: 02/02/2026 16:48:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

João Diego
Vereador/Republicanos

Justificativa:

A presente subemenda modificativa tem por finalidade promover o adequado alinhamento do Projeto de Lei nº 185, de 2025, com a legislação já vigente que regulamenta o acesso e a circulação de cães-guia e demais animais de assistência, evitando conflitos normativos e interpretações restritivas que possam resultar em prejuízo aos direitos.

Dessa forma, a modificação proposta deixa expresso que os cães de serviço, cães-guia, cães terapeutas, cães ouvintes, cães de assistência a pessoas com Transtorno do Espectro Autista, cães de assistência de mobilidade, cães de alerta médico e demais animais de assistência não se submetem aos requisitos gerais previstos na Lei, garantindo-se a plena efetividade dos direitos já reconhecidos em legislação específica.

